



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

**Processo TC** 3843/989/16  
**Poder** EXECUTIVO  
**Município** Campina do Monte Alegre  
**Entidade** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE  
**Período** 04/2016  
**Relator** Dr. Renato Martins Costa  
**Unidade Fiscalizadora** UR-16 UNIDADE REGIONAL DE ITAPEVA  
**Responsável** CARLOS EDUARDO VIEIRA RIBEIRO  
**Cargo** PREFEITO  
**CPF** 685.734.648-87  
**Período de Gestão** 01/01/2016 a 31/12/2016

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

### 1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Entrega intempestiva dos seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
BALANCETE ISOLADO CONTA CONTABIL	4	2016
BALANCETE ISOLADO CONTA CORRENTE	4	2016
ATA AUDIENCIA AVALIAÇÃO CUMPRIMENTO METAS	4	2016
PLAN LDO ATUALIZADA	4	2016
PLAN LOA ATUALIZADA	4	2016
PLAN PPA ATUALIZADO	4	2016
Conciliações Bancárias Mensais	4	2016

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF27 - Despesas com Pessoal**

Alerte-se que a despesa total com pessoal, no quadrimestre ora analisado, superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, o que exigirá a recondução nos dois quadrimestres seguintes, nos termos do artigo 23 da mencionada lei.

### **2.2 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)**

Alerte-se que, embora a situação da liquidez projetada para o exercício apresente superávit, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, ensejando acompanhamento para que a situação projetada se mantenha favorável.

## **3 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE**

### **3.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde**

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, não foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração:** 26/04/2017  
**Hora da Geração:** 21:09:49